



DECLARAÇÃO DA CALRE 2015

MILÃO, 23 de outubro de 2015
Assembleia Plenária

Dezoito anos passados desde a sua fundação em Oviedo, a CALRE (Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias) continua a desempenhar um papel ativo no palco da Europa e a ser a voz das necessidades dos cidadãos e das realidades locais.

As Assembleias Regionais Europeias com poderes legislativos, pertencentes a oito Estados Membros da UE (Áustria, Bélgica, Finlândia, Alemanha, Itália, Portugal, Espanha e Reino Unido) partilham, desde o início, o objetivo de incrementar a sua influência no palco Europeu, apresentando-se como uma plataforma de cooperação para a construção de caminhos comuns, tendo por base as necessidades dos territórios individuais e da sociedade civil.

A CALRE é o local onde a representação dos territórios e das comunidades plurais é expressa. Territórios e comunidades com características e experiências diferentes, mas de igual forma empenhados em dar um novo impulso ao processo de integração política Europeia, com o propósito de continuarem a garantir um futuro de paz e prosperidade.

A CALRE apoia uma visão *bottom-up* da Europa, baseada na liderança dos territórios e dos seus cidadãos, uma Europa das pessoas e das Regiões, uma alternativa à centralização das burocracias dos Estado e Europeias.

A realidade social, política e económica na sequência do Tratado de Lisboa

A grave crise económica e financeira dos últimos anos, que afetou de forma particularmente severa os países da UE, desencadeou mudanças significativas nas dinâmicas económica e social: a crise laboral, o aumento da pobreza e a fragilidade da resiliência dos sistemas económicos e sociais geraram, infelizmente, um aumento na falta de confiança nos políticos e nas instituições públicas.

Devido à particular conjuntura de eventos críticos de âmbito internacional, a Europa enfrenta, neste momento, uma onda de migração sem precedentes que se traduz, infelizmente, no retrocesso a uma Europa egoísta e indiferente, em detrimento de uma Europa generosa e inclusiva, que temo-nos esforçado a edificar através do processo de unificação das últimas décadas, de acordo com a visão dos nossos Pais Fundadores.

A CALRE defende uma Europa virada para o futuro, tolerante e social, capaz de adotar políticas de estabilidade duradoura e de identificar os motivos de base que levam à destabilização, através de intervenções que auxiliarão a eliminação das causas de mudança forçada e de imigração ilegal, dos países de origem para outros mais desenvolvidos.

Todos os estudos Eurobarómetro indicam o crescente afastamento dos cidadãos relativamente às instituições Europeias que, nos últimos anos, têm representado, simultaneamente, causa e efeito de uma notória indiferença relativamente aos tomadores de decisão em Bruxelas. As instituições Europeias estão mais distantes da vida quotidiana dos cidadãos Europeus e, por vezes, são incapazes de entender totalmente os problemas que emergem nos territórios e de propor soluções eficazes.

Perante este cenário de afastamento da população, as Assembleias Regionais, como um dos interlocutores institucionais mais próximos dos cidadãos, devem tomar a iniciativa, não só através da sua função legislativa, mas também como modelos de exemplo institucional, para recuperar o interesse e, especialmente, a confiança dos cidadãos. Neste sentido, e como já está a ser desenvolvido na maioria dos Parlamentos e Assembleias da CALRE, os princípios da transparência pública e da participação dos cidadãos, através dos recursos fornecidos pela e-Democracia, devem ser uma constante na atividade diária das Assembleias.

Nessa medida, a transparência apresenta-se como um elemento chave do processo de decisão, que reforça a natureza democrática das instituições e a confiança dos cidadãos na administração.

A CALRE e o Estado da União: governo

Ao nível institucional Europeu, a CALRE considera ser essencial uma abordagem *bottom up*. Tal abordagem envolverá as autoridades locais e regionais no processo legislativo e, mais concretamente, os Parlamentos Regionais com poderes legislativos. A sua função não é ser um órgão de cariz meramente consultivo, mas também pró-ativo, promovendo a liderança daquelas Instituições que melhor representam as autoridades locais e regionais.

Como representante das Assembleias Regionais com poderes legislativos, a CALRE acolhe com agrado a prossecução do debate sobre o futuro da Europa e do diálogo iniciado pelo Comité das Regiões com o Parlamento Europeu, no qual foi sugerida uma futura institucionalização do Comité das Regiões e a sua configuração como a terceira câmara Europeia com poderes legislativos, representante das Regiões e dos seus territórios.

Os Presidentes dos Parlamentos da CALRE, subscrevendo as palavras do Presidente da Comissão Europeia, Juncker, no seu discurso sobre o Estado da União em 2015 - “Não existe ainda Europa suficiente nesta União. Como não existe União suficiente nesta União.” - acrescentam: “Não existem Regiões nem Parlamentos suficientes dentro desta União”. O projeto Europeu não pode ignorar o envolvimento dos Parlamentos a qualquer nível, seja ele regional, nacional ou Europeu.

Neste sentido, as singularidades, propostas e iniciativas das Regiões e das autoridades locais devem constituir um trunfo no projeto comum europeu e contribuir para a resposta aos grandes desafios enfrentados atualmente pela União Europeia, em questões institucionais, políticas, económicas, sociais e humanitárias.

Em conformidade com as disposições do Tratado de Lisboa, os Parlamentos da CALRE devem fortalecer a sua capacidade de participar tanto na monitorização como na implementação do princípio da subsidiariedade e no diálogo político. Tal esforço deve ser conduzido com o parceiro Europeu de referência, o Comité das Regiões, e bem assim através de uma estreita cooperação com os respetivos Parlamentos nacionais.

A Comissão Europeia não deve ser somente “grande e mais ambiciosa nos assuntos de relevância e modesta nos aspetos de menor relevo”, como foi anunciado pelo seu Presidente, mas terá de respeitar melhor os territórios e envolvê-los ainda mais, quanto mais importantes forem os assuntos abordados. Sem esta maneira de pensar, tornar-se-á mais difícil superar a distância entre os cidadãos e as Instituições Europeias e, por conseguinte, continuaremos a construir sobre débeis bases de consenso.

É responsabilidade dos Parlamentos regionais da CALRE fomentar a capacidade de representação dos seus territórios relativamente às autoridades europeias. Desta forma, torna-se adequado estimular e garantir a participação no processo legislativo europeu, assegurando uma transposição eficaz da legislação europeia. O objetivo consiste em assegurar que a ação legislativa da UE, com impacto em mais de 70% da legislação territorial, integre uma abordagem política entre as diferentes responsabilidades.

Melhor Legislar é um processo que diz respeito a todos os níveis legislativos. Os Parlamentos regionais da CALRE enfatizam a importância de se investirem recursos e capacidade na avaliação das políticas públicas, assim como na análise do impacto territorial, mesmo ao nível europeu, de forma a auxiliar os legisladores europeus a fazerem as escolhas mais compatíveis e sustentáveis para ao bem-estar dos territórios.

A CALRE convida a Comissão Europeia a distinguir as instituições regionais representantes dos territórios (intervenientes Institucionais), que integram o processo de governação multinível, dos titulares de interesses privados (intervenientes Privados), uma vez que somente os primeiros foram democraticamente eleitos e constituem, exclusivamente, a síntese democrática daquelas que são as verdadeiras necessidades dos cidadãos. Da mesma forma,

deverá ser atribuída ao Comité das Regiões, onde estão representadas as autoridades locais e regionais, uma função diferente daquela assumida pelos titulares dos interesses privados.

A CALRE convida as instituições da UE a continuar o debate sobre a reforma do sistema de financiamento próprio europeu, desejando o seu próprio envolvimento e o do Comité das Regiões.

A CALRE e o Estado da União: políticas

Os Parlamentos regionais da CALRE, conjuntamente com os governos regionais, têm a tarefa de promover políticas com o objetivo de remover as disparidades de desenvolvimento, fomentar oportunidades de crescimento e inclusão social dos cidadãos e bem assim proporcionar a coesão económica dos territórios: tal deve ser feito através de um planeamento eficaz dos Fundos estruturais.

A CALRE crê que, como parte integrante das prioridades da UE para o fomento do emprego, crescimento e investimento, as Regiões podem e necessitam desempenhar um papel fulcral na implementação do Plano Juncker, investindo em projetos de economia circular que fortalecerão a natureza inclusiva do mercado de trabalho.

Anunciado em novembro de 2014, o Plano Juncker visa impulsionar o crescimento e o emprego na Europa, expectando mobilizar cerca 315 milhões de euros por um período de três anos, de 2015 a 2017. Este Plano desenvolver-se-á em três linhas: 1. a criação de um fundo de investimentos estratégico; 2. a criação de uma reserva de garantia credível; 3. o fomento da atratividade da Europa, respeitando os investimentos de cariz estrangeiro. Neste contexto, as Regiões têm de ser as protagonistas, quer na definição de projetos eficazes e inovadores, quer na integração dos instrumentos financeiros disponíveis.

Num cenário de economia desfavorável, torna-se imprescindível monitorizar a implementação da programação dos Fundos estruturais e de investimento europeus e do Fundo de Investimento Europeu, no que diz respeito àqueles que são os critérios de avaliação dos projetos, o seu impacto e utilização adequada nos territórios, em concordância com as prioridades territoriais Europeias.

Por esta razão, é fundamental reforçar a capacidade de investimento das autoridades locais e regionais, mantendo o princípio de uma estrutura de finanças públicas sólida e equilibrada e, simultaneamente, implementando, de forma eficaz, as disposições da Comunicação da Comissão Europeia relativas à aplicação das margens de flexibilidade no contexto da governação económica europeia.

A CALRE declara o seu forte apoio para com o trabalho administrativo e institucional que está a ser levado a cabo ao nível europeu. Este trabalho tem em consideração a cooperação transfronteiriça, assim como o desenvolvimento e a implementação de estratégias

macrorregionais. Estes quadros integrados possibilitam aos Estados Membros, aos países terceiros e, sobretudo, a todas as Regiões e autoridades locais com características territoriais comuns, enfrentar desafios idênticos e, ao mesmo tempo, intensificar a cooperação na coesão territorial, social e económica.

Tal deve realizar-se com a cooperação das matérias de índole económica e social dos territórios envolvidos, em concordância com uma interpretação adequada do princípio da subsidiariedade no processo das estratégias macrorregionais.

A CALRE destaca igualmente o quão proveitosa será a ferramenta do EGTC (Grupo Europeu de Cooperação Territorial), ainda que insuficientemente utilizada, para que sejam postos em prática os princípios de cooperação transfronteiriça.

À luz da contínua onda de migração (maioritariamente originária dos países do Mediterrâneo, da África subsaariana e do Médio Oriente), a qual deteve um impacto significativo na hospitalidade europeia durante os últimos anos, a CALRE considera ser apropriada uma retificação do atual sistema Dublin e a implementação e a aplicação das normas comuns existentes, por parte de todos os Estados Membros da UE, bem como uma coordenação estreita entre os diversos níveis de governo, de forma a enfrentar os desafios de acolhimento e a integração destes imigrantes.

A CALRE incentiva a ação diplomática eficaz da Europa de forma a controlar a imigração ilegal. Esta ação deve combater a imigração ilegal, mas sempre, ao mesmo tempo, promover e exigir o respeito daqueles que são os direitos fundamentais dos migrantes, respondendo a este desafio histórico com “generosidade, solidariedade e responsabilidade”.

Relativamente à Conferência dos Partidos (COP 21) para o Quadro de Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, a realizar-se em Paris entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro, os Parlamentos regionais com poderes legislativos estão cientes de que a luta contra as mudanças climáticas será conquistada nos territórios e em especial nas cidades onde sensivelmente 75% dos Europeus vivem e trabalham, utilizando cerca de 80% de toda a energia produzida na Europa.

A CALRE espera, assim, que este desafio seja enfrentado recorrendo à adoção de políticas sustentáveis de planeamento regional, ordenamento do território e transportes.

Para permitir um crescimento sustentável, inteligente e inclusivo, real dos nossos territórios, a Europa tem de continuar a desenvolver uma estratégia política estável, que também progrida na igualdade de género.

ANEXO À DECLARAÇÃO

A CALRE no Palco Internacional

O contexto no qual os Parlamentos regionais, sub-nacionais e nacionais atuam nos países Europeus está a mudar, quer em relação às instituições supranacionais existentes, quer ao crescimento ao nível local dos Municípios e cidades metropolitanas. Por isso, é importante considerar as razões que justificam o nível de representação territorial que os Parlamentos regionais, sub-nacionais e nacionais ainda detêm.

Esta reflexão é verdadeira não somente no contexto Europeu, mas também no restante globo, razão pela qual a CALRE deu início a um processo de estreitamento de relações com outras associações dentro e fora da Europa. Durante o ano de 2015, este processo deu origem à assinatura do *Memorando de Entendimento* com a NSCL (Conferência Nacional das Legislaturas Estaduais), conferência esta que reúne os legisladores dos Estados Federados Americanos, e do *Memorando de Entendimento* com o Comité das Regiões, atualizando o acordo de cooperação já existente e relançando-o sobre uma nova base, com novas resoluções.

A sua atividade no contexto internacional auxiliou a consolidação da convicção da necessidade em continuar o desenvolvimento de um diálogo proveitoso entre as diferentes realidades legislativas. O desenvolvimento de uma diplomacia parlamentar regional pode ajudar a criar capacidades e desenvolver melhores práticas que permitam enfrentar os principais desafios que se colocam atualmente aos nossos territórios, como os fluxos migratórios, a integração social, as alterações climáticas e o desenvolvimento de uma boa governação sob a premissa das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Por estas razões, a CALRE promoveu a organização do Fórum Mundial das Assembleias Legislativas Sub-nacionais, com o objetivo de promover a troca de experiências e de boas práticas, refletir sobre assuntos relacionados com a representação e a soberania, identificar políticas comuns nos tópicos de relevo para todas as nossas Assembleias, e, acima de tudo, promover um reconhecimento mútuo sobre a construção de uma verdadeira democracia global.

Sob estes princípios, a CALRE solicita a atenção das Assembleias Legislativas que farão parte dos trabalhos, no Fórum Mundial, para o “Manifesto das Assembleias Legislativas Regionais e Sub-nacionais para uma verdadeira democracia global”, anexado à Declaração de Milão da CALRE e da qual é parte integrante.